

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA REGULAR DA REDE ESTADUAL

Márcia Pereira de Almeida¹

RESUMO

No Brasil as pessoas com necessidades especiais têm muitos desafios que interferem na sua qualidade de vida, relacionados com locomoção, respeito, dignidade, apoio jurídico, inclusão escolar, dentre outros aspectos que dificultam a vida e a inclusão social dos mesmos. Diante do contexto decidiu-se por realizar uma pesquisa de campo que refletia a situação dos alunos surdos em uma escola pública, determinando assim o tema deste trabalho. Com o objetivo de saber de que forma ocorre a inclusão escolar de alunos com surdez na Escola Pública de Santo Antônio de Jesus. A metodologia aplicada foi a pesquisa de campo, com estudo de caráter qualitativo. Após a análise e discussão dos dados obtidos na pesquisa, observou-se uma deficiência no processo de inclusão dos alunos surdos, tendo relação com a capacitação de professores para atuar com esses alunos e a falta de um Atendimento Educacional Especializado. Destarte torna-se emergente a necessidade de melhor capacitação dos educadores, alinhado à reestruturação do Projeto Político Pedagógico da escola e os materiais disponíveis, podendo assim, proporcionar um melhor processo de inclusão escolar aos alunos surdos.

Palavras-chave: Educação; Inclusão escolar; Surdos.

THE INCLUSION OF DEAF STUDENTS IN A REGULAR PUBLIC SCHOOL OF THE STATE NETWORK

ABSTRACT

In Brazil, people with special needs have many challenges that interfere with their quality of life, related to locomotion, respect, dignity, legal support, school inclusion, among other aspects that make life difficult and their social inclusion. Given the context, it was decided to carry out a field research that reflected the situation of deaf students in a public school, thus determining the theme of this work. In order to know how school enrollment of students with deafness occurs in the Public School of Santo Antônio de Jesus. The applied methodology was the field research, with a qualitative study. After the analysis and discussion of the data obtained in the research, there was a deficiency in the process of inclusion of deaf students, related to the training of teachers to work with these students and the lack of a Specialized Educational Assistance. Thus, the need for better training of educators emerges, in line with the restructuring of the School's Political Pedagogical Project and the available materials, thus providing a better process of inclusion for deaf students.

Keywords: Deaf; Education; School inclusion.

¹Graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade de Salvador. Especialização em Língua Inglesa pela Faculdade do Noroeste de Minas.
Email: marcinha.almeida50@yahoo.com.br

LA INCLUSIÓN DE ALUMNOS SURDOS EN UNA ESCUELA PÚBLICA REGULAR DE LA RED ESTADUAL

RESUMEN

En Brasil las personas con necesidades especiales tienen muchos desafíos que interfieren en su calidad de vida, relacionados con locomoción, respeto, dignidad, apoyo jurídico, inclusión escolar, entre otros aspectos que dificultan la vida y la inclusión social de los mismos. Ante el contexto se decidió realizar una investigación de campo que reflejaba la situación de los alumnos sordos en una escuela pública, determinando así el tema de este trabajo. Con el objetivo de saber de qué forma ocurre la inclusión escolar de alumnos con sordera en la Escuela Pública de Santo Antônio de Jesús. La metodología aplicada fue la investigación de campo, con estudio de carácter cualitativo. Después del análisis y discusión de los datos obtenidos en la investigación, se observó una deficiencia en el proceso de inclusión de los alumnos sordos, teniendo relación con la capacitación de profesores para actuar con esos alumnos y la falta de una Atención Educativa Especializada. De ahí se hace emergente la necesidad de una mejor capacitación de los educadores, alineado a la reestructuración del Proyecto Político Pedagógico de la escuela y los materiales disponibles, pudiendo así proporcionar un mejor proceso de inclusión escolar a los alumnos sordos.

Palabras clave: Educación; Inclusión escolar; Sordos.

INTRODUÇÃO

As pessoas com necessidades especiais, no decorrer da história da humanidade, viviam segregadas à margem dos grupos sociais, sofrendo todo tipo de discriminação e exclusão social. À medida que os direitos do homem a igualdade e à cidadania foram se consolidando nas sociedades, começaram a imergir a busca pela igualdade de direitos das pessoas com necessidades especiais. Esse é um movimento que envolve a família, educadores e grupos sociais que lutam por um processo de inclusão efetivo de participação social e exercício da cidadania.

Desde a Constituição Federal de 1988, as lutas pelo processo de inclusão se intensificaram, através de associações e familiares das pessoas com deficiência, e assim, aos poucos a inclusão foi ocupando um lugar de destaque tornando-se uma estratégia relevante e necessária para garantir os direitos individuais das pessoas com necessidades especiais, combatendo o processo de exclusão.

Dentro deste contexto surgem as Políticas Públicas de educação inclusiva com o intuito de garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares, demonstrando a importância do respeito e a valorização das diferenças no ambiente escolar. Essas políticas reconhecem o processo de inclusão escolar como um fator

democrático que garante igualdade social, para todas as pessoas no sistema educacional, independentemente de suas necessidades educacionais especiais.

Atualmente, a educação inclusiva tem se mostrado como uma prática preponderante, pois os discentes aprendem a conviver com as diferenças nas salas de aula e, conseqüentemente, tenderão a respeitar e valorizar o outro, sem nenhum tipo de distinção. Ela também colabora com a substituição do isolamento da criança com necessidades especiais em seu ambiente particular pela interação com outras crianças na escola.

Nessa perspectiva de educação inclusiva, a escola deve ser vista como um lugar acolhedor, que valorize as diferenças na formação integral do aluno. Ela deve estar preparada para receber os alunos com deficiência e para que isso aconteça é imprescindível à mudança de paradigmas existentes, a adaptação de instalações físicas, a reorganização pedagógica através de ações centradas no projeto político pedagógico, o estímulo e o aperfeiçoamento do docente.

É relevante salientar que o sucesso do processo de inclusão escolar não depende apenas das Políticas Públicas para inclusão e sim da união e esforço da comunidade escolar, principalmente o trabalho pedagógico do professor da classe regular, pois este deve ser qualificado para atender as diferentes necessidades educacionais dos seus discentes. No caso específico do aluno com surdez, é essencial a presença de intérprete na sala de aula, pois este facilita a comunicação entre docente e discente, sendo um colaborador para a inclusão escolar e o processo ensino-aprendizagem.

Para uma efetiva inclusão escolar do aluno surdo é necessária uma melhor interação através da língua de sinais, pois ela é o ponto fundamental de comunicação entre os surdos e os ouvintes, sendo parte da sua cultura viso-gestual. Essa língua auxilia o surdo a ultrapassar as dificuldades encontradas no processo de interação social e ajuda a desenvolver seu potencial cognitivo. A Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão dos surdos, segundo a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Ainda respaldado pelo decreto que garante o uso da LIBRAS, está a Lei 13.146/15 que assegura o uso da língua de sinais como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua para as pessoas surdas. A língua de sinais favorece a comunicação e a aquisição de conhecimentos.

A escola se constitui um lugar ideal para o processo de inclusão social, principalmente a inclusão dos surdos, pois os discentes aprendem a respeitar e a viver com a diversidade, se tornam pessoas mais solidárias e passam a conhecer as duas línguas existentes no Brasil, a língua portuguesa e a língua brasileira de sinais, todavia, para que, de fato, isso aconteça são necessárias mudanças nos paradigmas da escola.

As escolas precisam se reestruturar em relação às necessidades educacionais especiais dos seus alunos, principalmente para o aluno surdo, para efetivar o que assegura a Lei 13.146/15 que garante a inclusão de pessoas deficientes em escolas da rede regular de ensino, assegurando uma educação de qualidade e respeito, com presença de intérpretes nas salas de aula e o respeito à língua de sinais. É relevante buscar conhecer como se processa a inclusão escolar na rede pública regular, pois todas as pessoas têm direito a educação, sendo um processo social que beneficia a todos os indivíduos na construção de conhecimentos, aquisição de saberes e melhoria da interação social, independente de terem necessidades especiais educacionais.

Destarte, este trabalho se justifica na busca da verificação do processo de inclusão escolar, na Escola Pública Estadual Feliz Gaspar, com adolescentes com necessidades especiais auditivas em Santo Antônio de Jesus, averiguando se o direito à educação de qualidade, prevista em lei para pessoas surdas, está sendo assegurado nesta unidade escolar.

SURDEZ: CONCEITOS E SUA HISTÓRIA DE INCLUSÃO

Dentre todos os sistemas que fazem o corpo humano funcionar, encontra-se o sistema auditivo, que proporciona a captação dos sons e ruídos e transmiti-o ao sistema nervoso para a análise dos sinais e transformação em uma informação. Através da audição, os diferentes sons são recepcionados, reconhecidos e atribuídos significados. A criança ouvinte aprende naturalmente a sua língua, através da audição e de um ambiente familiar adequado.

A língua oral é um instrumento relevante para ampliação de possibilidades de participação nas variadas práticas sociais, sendo facilitador na exposição de necessidades e sentimentos, pois o desenvolvimento da sua comunicação se efetua de forma espontânea no meio que vive.

A comunicação representa um dos principais itens no processo de desenvolvimento infantil, mas a comunicação não se realiza apenas através da língua oral, ela tem dois canais, o canal auditivo que envolve a fala, e o canal visual que é relevante para os gestos, a leitura e escrita e a língua de sinais.

Segundo o SEESP/MEC (2006), existem diferentes níveis de surdez, evidenciados pela área de saúde e pela área educacional, que podem alterar a relação que a criança tem com o meio em que vive.

Em relação a essa classificação, observa-se que crianças com surdez leve ou moderada, apesar da perda auditiva implicar em pequenos impedimentos na percepção e

compreensão no que é dito, tem uma maior probabilidade de desenvolver a língua portuguesa e comunicar-se com a linguagem oral. As crianças com surdez severa ou profunda dependerá bastante da percepção visual, nestes casos a aprendizagem da língua de sinais é fundamental o mais cedo possível, no intuito de auxiliar o desenvolvimento social e cognitivo da criança.

É importante que a família e os professores tenham conhecimento sobre o nível de surdez da criança para auxiliá-la nos estágios de desenvolvimento da linguagem, e proporcione uma educação que contemple melhor esse discente. Os pais ouvintes de crianças surdas podem escolher a modalidade de língua, audioverbal ou visuomanual, que o filho usará, dependendo do nível de surdez do filho e do auxílio dos profissionais que os mostrarão a forma de comunicação utilizada em cada caso.

Quanto maior a perda auditiva, a criança necessitará de ajuda de atendimento especializado para a aquisição da língua de sinais, que facilitará a interação em seu meio social, pois a aquisição da linguagem do surdo é feita através do canal visual, utilizando a comunicação através da língua de sinais.

No Brasil, a educação do surdo tem sua gênese em 1855 e sofreu influência direta do Instituto de Paris, quando, por convite de D. Pedro II, o professor e ex-diretor surdo do Instituto de Paris, Ernest Huet, chega ao país e é fundado, o Imperial Instituto de Surdos Mudos, passando a ser denominado em 1856 de Instituto Nacional de Surdos Mudos (SILVA, 2003). Esse Instituto é chamado, atualmente, de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), é o único centro educacional nacional de surdos em esfera federal.

Ernest Huet teve um papel importante na educação do surdo no Brasil, pois preparou um programa para difundir o alfabeto manual e a língua de sinais, auxiliando as crianças surdas do sexo masculino no processo ensino aprendizagem. Em 1862, Huet deixa o Brasil e retorna a França, e seus sucessores optaram por alternar períodos que enfatizavam a educação dos surdos através da língua de sinais e a oralidade.

Durante muito tempo o instituto foi bastante procurado por surdos de todo o país e do exterior em busca de socialização, profissionalização e educação. Como proposta educacional, eram oferecidas as disciplinas de Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO

As Políticas Públicas para a educação inclusiva assumem uma importante ação social, pois cumprem o papel de executar as diretrizes de direitos fundamentais estabelecidos na

Constituição Federal, proporcionando o processo de inclusão para os discentes com deficiência a terem oportunidades iguais as dos outros alunos.

As políticas Públicas são determinações, planos e ações governamentais, a nível nacional, estadual ou municipal, que visam resolver problemas de interesse público nas áreas da saúde, educação, segurança e etc. Essas políticas emergem de lutas de classes sociais, por leis que auxiliem a população em diversas áreas.

As Políticas Públicas para a educação tornam-se cada vez mais importantes, pois conforme Bittencourt (2009) observa-se mais consciência, relevância da educação, como fator de inclusão social e desenvolvimento, estando presente na complexidade das formas de relação sociocultural e tornando-se urgente a necessidade de dinamização dos mais variados recursos materiais e humanos, que devem contribuir para efetuar, com qualidade, a função social da educação e de cada instituição.

Começando pela Constituição Federal de 1988 que estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na instituição escolar (Art. 206, inciso I), passando por mais leis, decretos e declarações até a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, as Políticas Públicas de inclusão demonstram a importância do respeito e valorização da diversidade e combatem a ideia de homogeneização do processo ensino-aprendizagem.

Segundo Freitas (2010, p.28) “A visão da escola inclusiva impõe a demolição dos discursos educacionais que excluem as diferenças”. Desta forma as pessoas com necessidades educativas especiais buscam ações que envolvam a família, a escola, os agentes mediadores na procura por propostas que envolvam dinâmicas de respeito às diferenças humanas, e a eliminação de obstáculos que impedem o ingresso e permanência dos discentes com deficiência nas instituições escolares.

Incluir é garantir a todos os alunos, independente de suas especificidades uma educação de qualidade.

METODOLOGIA

Neste trabalho optou-se pela pesquisa de um estudo descritivo de caráter qualitativo, através de pesquisa de campo, que teve como objetivo refletir sobre o processo de inclusão escolar do adolescente surdo em uma escola regular, do Ensino Fundamental II, da rede Estadual de Educação.

As pesquisas que empregam o método qualitativo almejam esclarecer o porquê dos fatos, evitando julgamentos pré-estabelecidos, ou preconceituosos. Elas se detêm na compreensão de um grupo social. Já a pesquisa quantitativa, esta relacionado com pensamento positivista lógico, dando maior ênfase ao raciocínio dedutivo, aos estabelecimentos lógicos e às ações humanas que são passíveis de mensuração (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Neste quesito, a pesquisa busca compreender e analisar a inclusão escolar dos surdos construída da realidade encontrada na escola regular pesquisada, através de questionários objetivos que demonstram em números como se efetiva esse processo de inclusão.

Quanto ao objetivo, como já frisado, a pesquisa foi do tipo descritivo, que segundo Gerhardt e Silveira (2009) estabelece uma exigência do pesquisador sobre diversas informações inerentes ao seu foco de pesquisa, tendo por objetivo descrever os fenômenos e fatos sobre determinada realidade.

O procedimento da pesquisa foi do tipo “De campo”, sendo caracterizada pelas ações investigativas em que, aliado a pesquisa bibliográfica e de documentos, esta a coleta de dados com os sujeitos da pesquisa, por meio da utilização de diversas ferramentas disponíveis (FONSECA, 2002).

A pesquisa de campo foi realizada no período de 11 a 15 de julho de 2016, sendo ainda necessárias outras visitas à instituição escolar para recolhimento de questionários, pois alguns professores protelaram o prazo para entrega dos mesmos e três não devolveram.

É indispensável destacar que este estudo perpassou pela pesquisa bibliográfica, sendo uma etapa imprescindível em todo trabalho científico, que fundamenta todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que fornece o embasamento teórico que se norteará todo o trabalho. Essa pesquisa bibliográfica incidiu no levantamento de leis e seleção, análise, revisão de literatura e organização de informações relacionadas ao processo de inclusão escolar.

Através desses procedimentos pode-se verificar a abordagem, a natureza, os objetivos e os procedimentos da pesquisa que foram determinados para este trabalho, observa-se a seguir o universo onde tais procedimentos metodológicos forma aplicados.

Universo e amostra

Estabelecer o universo onde a pesquisa vai ser realizada é de suma importância para o bom desenvolvimento do trabalho, sendo que, cria uma linha delimitatoria que reduz o âmbito de estudo dos fatos a serem estudados.

O universo desta pesquisa foi centrado na Escola Estadual Felix Gaspar situada na cidade de Santo Antônio de Jesus – Bahia. A referida instituição funciona com o Ensino Fundamental II – 6º ao 9º ano, nos turnos matutino e vespertino, sendo considerada uma escola de pequeno porte.

A pesquisa foi dirigida para os professores e intérprete do turno matutino que trabalham no 8º ano, turma B, do Ensino Fundamental II. Esta turma contém 37 alunos ouvintes e apenas um aluno com surdez severa.

Diante do universo proposto, obteve-se uma parcela correspondente a 100% dos professores e profissionais que atuam com o aluno surdo, que se tratou de uma amostra não probabilística por acessibilidade, em que foram contabilizados os professores voluntários e o intérprete, constatando uma perda na amostra do questionário devido a não devolução de três.

Coleta e Tratamento de dados

Neste trabalho, a coleta dos dados foi concretizada através de análise do Projeto Político Pedagógico da escola, no item referente à inclusão escolar e questionários, contendo dados de identificação e questões inerentes ao problema proposto.

De início foi realizada uma conversa informal com a vice-diretora da escola para expor uma breve explanação sobre a pesquisa que seria efetivada na escola, a apresentação da carta de autorização para pesquisa de campo e uma solicitação para a leitura e análise do Projeto Político Pedagógico da escola.

No segundo dia de pesquisa, a direção da escola disponibilizou o Projeto Político Pedagógico (PPP) para ser analisado o item referente a inclusão escolar. O PPP é um documento que norteia as ações da escola, sendo um planejamento coletivo que necessita da participação de toda a comunidade escolar (pais, professores, gestores, funcionários e alunos) na sua elaboração; com a inserção de propostas pedagógicas que implementem princípios inclusivos que contribua para a inclusão escolar de alunos com deficiência.

Devido o curto tempo disponibilizado pela direção para conversa com os professores, os questionários foram entregues no terceiro dia, mas os professores e a intérprete solicitaram um prazo de 24 horas para responder as questões. Após o tempo determinado para devolução dos questionários, apenas 4 professores e a intérprete devolveram no dia determinado, dois entregaram alguns dias após, dois não devolveram e um foi entregue em branco pela direção.

Em relação à interação com os profissionais da escola, a intérprete de língua de sinais se colocou a disposição para uma discussão informal sobre o tema e forneceu informações

sobre o processo de inclusão escolar do aluno surdo e a falta de conhecimento da língua de sinais pelos pais desse discente.

O questionário elaborado e aplicado aos sujeitos da pesquisa levou em consideração a necessidade de obtenção de informações que sustentasse a resolução do problema proposto e a obtenção dos objetivos estabelecidos.

O questionário possui 12 questões de múltiplas escolhas e inicialmente informações socioculturais como a formação, a idade, o sexo e a disciplina que o sujeito ministra.

O instrumento de pesquisa direcionado ao interprete possui questões abertas (subjetivas) e questões de múltiplas escolhas, que visou, dentre outras informações vislumbrar os desafios e perspectivas do entrevistado em relação a sua atuação com os alunos surdos no universo de pesquisa.

Para a análise das questões fechadas, utilizou-se o método da tabela multimodo (multi-way), que faz a relação das respostas obtidas e informa a proporcionalidade de cada resposta em relação ao total.

Já para as questões abertas foi feita a análise das falas tendo como base o quadro de categorias e subcategorias determinadas no subtópico próximo.

Limitações do método

Sabe-se que grandes partes das pesquisas possuem alguma limitação ou falha. Na pesquisa em questão foram observadas algumas limitações, sendo:

- a) Dificuldade de disponibilidade de alguns profissionais para a entrevista;
- b) Dificuldade de acesso e disponibilidade dos pais para entrevista;
- c) Não conseguir fazer o estudo em outro estabelecimento de ensino, devido a barreiras impostas por funcionários da própria escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada através de questionários aplicados aos professores do 8º ano da escola estadual pesquisada e a intérprete da língua de sinais, fazendo uma discussão entre as respostas, as propostas de inclusão que constam no projeto político pedagógico da escola, as leis sobre inclusão e outras ponderações sobre o processo de inclusão e o confronto com a realidade encontrada.

Inicialmente verifica-se que 100% dos informantes são do sexo feminino, tem nível superior completo e que 67% são formadas em letras/Português, sendo esse item importante para o desenvolvimento da educação inclusiva dos surdos, pois os mesmos tem a língua portuguesa como segunda língua, sendo relevante para a atuação com as demais disciplinas.

A partir dos dados coletados através dos questionários aplicados, pode-se detectar que os professores que contribuíram com a pesquisa tem conhecimento sobre a garantia do aluno ao acesso e permanência na escola estando de acordo com o Estatuto da criança e do adolescente que assegura no Artigo 53, Inciso I a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, mas nota-se que todos optaram pelo item que fala sobre a integração desses alunos com demais discentes da escola. Vale ressaltar que apenas a professora de educação física marcou a opção “A oferta de educação de qualidade sem excluir nenhum aluno”, estando de acordo com a Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, Artigo 27, Parágrafo único: “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”.

Nota-se que cinco professoras ainda precisam conhecer melhor as leis que asseguram os direitos das pessoas com necessidades especiais a uma educação de qualidade. Segundo Gil (2005, p. 24), “Educação Inclusiva pressupõe que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola, independentemente de qualquer característica peculiar que apresente ou não”.

A segunda pergunta do questionário tem como objetivo ver qual a proporção do conhecimento sobre as Políticas Públicas para Inclusão escolar os professores têm. Nesta questão 83% dos professores indicaram ter pouco conhecimento sobre essas políticas.

Como resposta a terceira pergunta, 100% dos professores responderam que a educação inclusiva dos alunos surdos acontece, mas ainda precisa de ajustes como: capacitação dos professores e profissionais que auxiliem o trabalho docente.

A quarta pergunta do questionário foi direcionada a conhecer se existia um professor intérprete da língua de sinais na sala de aula e 100% dos professores responderam trabalhar em uma classe inclusiva de surdos com intérprete.

Outro questionamento buscou-se verificar a presença de um intérprete para os alunos surdos na sala de aula durante todo o ano letivo. Foi verificado que há uma frequência bastante baixa da participação dos intérpretes em sala de aula, sendo que em 83% das respostas, as informantes apontaram que a presença do intérprete em sala de aula é regular.

Na questão posterior buscou-se verificar, por meio das informantes, se as mesmas achavam necessário a capacitação dos professores para a ação pedagógica na sala de aula diante da inclusão de alunos surdos. Esse questionamento é relevante, pois averigua se os professores sentem a necessidade de conhecer melhor as especificidades do surdo para poder trabalhar com o mesmo.

Após análise das respostas, observou-se que foi unânime o posicionamento das informantes em relação à necessidade de capacitação dos professores para que atuem com maior qualidade com os alunos surdos, mostrando assim que estes professores se sentem desqualificados para trabalhar com as especificidades do aluno com surdez e acham importante adquirir conhecimentos que os auxiliem na mediação da aprendizagem do referido aluno.

Dentro do exposto, é imprescindível uma formação continuada para os docentes trabalharem com o processo de inclusão, principalmente em relação ao aluno surdo, pois a construção do conhecimento do discente com surdez não acontece do mesmo modo que o da criança ouvinte. O surdo necessita de procedimentos metodológicos que privilegiem os recursos visuais para mediar e incentivar o processo de construção do conhecimento, sendo também imperioso o conhecimento do docente em relação a língua de sinais, pois ela difere da língua portuguesa com regras morfológicas e sintáticas próprias.

Seguindo a linha da questão anterior, esta buscou verificar se os informantes possuem alguma orientação ou capacitação para trabalhar com alunos surdos, chegando ao seguinte resultado: 17% dos entrevistados possuem formação básica em libras, enquanto 83% destes afirmam não possuírem nenhuma orientação ou capacitação relacionada à atuação com alunos surdos.

Tal como frisado na questão anterior, a capacitação para atuar na educação inclusiva é de suma importância para dar qualidade ao processo educacional de inclusão do aluno surdo, no entanto observa-se que mesmo tendo um aluno surdo há três anos na unidade escolar, e o Núcleo Regional da Educação tendo conhecimento sobre a matrícula desse aluno na escola, não foi proporcionado aos professores nenhum tipo de capacitação.

Através das respostas do questionário, apenas uma professora afirmou ter tomado um curso básico da língua de sinais, e mesmo assim, esta professora afirmou na questão anterior, ser necessária a formação continuada, demonstrando não se sentir apta para trabalhar com o aluno surdo.

Nascimento (2009) expõe que existem limites e dificuldades para a implantação da educação inclusiva, estando estes entraves relacionados com a formação deficitária dos

professores das classes regulares em relação à educação inclusiva, a infraestrutura educacional precária e a escassez e má qualidade dos materiais pedagógicos utilizados com crianças deficientes.

Na oitava pergunta do questionário foi abordado sobre quais as pessoas que se comunicam na língua de sinais na escola e 83% dos professores apontaram apenas para o intérprete de língua de sinais, e a professora de matemática não assinalou nenhuma opção escrevendo como resposta, “ninguém”.

Segundo Beyer (2010, p. 73), “No atendimento de alunos surdos, o domínio da língua de sinais pelo professor é indispensável. Além disso, o conhecimento, pelo professor das características de linguagem e das estruturas de pensamento dos alunos surdos é uma qualidade altamente desejável”.

A nona pergunta do questionário buscou conhecer sobre a interação dos alunos surdos e demais colegas da escola. Nesta questão, 100% dos professores assinalaram que essa interação é regular.

Segundo Mantoan (2015), a escola comum é o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor e afetivo dos estudantes.

A décima pergunta do questionário teve como objetivo verificar como acontece o processo de avaliação com o aluno surdo na escola. Nesta questão, 50% das professoras responderam que estabelecem diferentes normas de avaliação para o discente surdo e 50% responderam não. Das professoras que responderam sim, a de matemática explicou que só começou a estabelecer essa diferença após conversar com a intérprete e entender as necessidades do aluno; a professora de geografia e de educação física escreveram que fazem uma avaliação com múltiplas escolhas e atividades diferenciadas. Entre as professoras que assinalaram não, a de ciências e a de português não responderam o porquê, a professora de Cidadania respondeu que oferecia mais tempo e flexibilidade na realização das tarefas.

Em relação a pergunta sobre o desempenho escolar do aluno surdo corresponder a expectativa do professor, 67% dos professores responderam às vezes e 33% responderam que o desempenho escolar desse aluno não corresponde as expectativas. Para que o aluno surdo obtenha maior desempenho escolar é necessário que a escola contemple a condição linguística e cultural do aluno surdo.

Segundo Lacerda (2000), quando se opta pela inserção do aluno surdo na escola regular, esta precisa ser feita com muitos cuidados que visem garantir sua possibilidade de

acesso aos conhecimentos que estão sendo trabalhados, além do respeito por sua condição linguística e por seu modo peculiar de funcionamento. Isso não parece fácil de ser alcançado e, em geral, vários desses aspectos não são contemplados. A criança, frequentemente, não é atendida em sua condição sócio linguística especial, não são feitas concessões metodológicas que levem em conta sua surdez, o currículo não é repensado visando incorporar aspectos significativos à ótica da pessoa surda, culminando com um desajuste sócio educacional.

Dando seguimento ao questionário, a décima segunda pergunta foi de múltipla escolha e enfocou os obstáculos enfrentados pelo aluno na escola. Como resposta obteve-se mais de uma opção assinalada pelos professores.

Dentre os obstáculos enfrentados pelo aluno, as professoras de geografia e ciências marcaram a opção que o aluno surdo não sabe a LIBRAS, as professoras de ciências e educação física assinalaram que o aluno não consegue participar das atividades propostas pelos professores, as professoras de geografia, educação física, cidadania, português e matemática assinalaram o item que indica que o aluno tem como obstáculo o não conseguir aprender só com as aulas da escola e os docentes das disciplinas de cidadania, português e matemática assinalaram também o item que indica que o mesmo não conhece a língua portuguesa direito. O único item que não foi assinalado pelos docentes foi o que retrata discriminação sofrida pelo surdo.

Diante do que foi exposto com o questionário respondido pelos professores verifica-se que a inclusão do aluno surdo está longe de ser algo real, ela se aproxima muito mais de uma integração escolar, pois a escola pesquisada não se adaptou as especificidades do aluno para dar uma educação de qualidade que promova o seu desenvolvimento.

Lopes (2008, p. 1) relata que “Estar matriculado na escola não garante a permanência nela, nem muito menos estar integrado nessa”. A escola precisa mudar para garantir uma inclusão real desse aluno, com propostas previstas em seu PPP que auxilie a inclusão do aluno com surdez, com formação continuada para os professores e desejo de cumprir os direitos de inclusão previstos em lei.

Verifica-se que as respostas dos professores no questionário estão relacionadas à falta de conhecimento maior sobre o processo de inclusão do aluno surdo, a leis que corroboram para inclusão do mesmo, a língua de sinais com o seu funcionamento e uma metodologia adequada para esses alunos.

A realidade existente em relação a inclusão do aluno surdo nesta unidade escolar pesquisada, é precária, necessitando com urgência que os professores e gestores da escola

possam procurar conhecer mais sobre a surdez, sua língua e os mecanismos de aprendizagem do surdo, buscando uma inclusão escolar efetiva.

FALA DA INTÉRPRETE

A intérprete de língua de sinais é do sexo feminino, tem vinte e oito anos de idade e sua formação é curso superior em Letras (incompleto).

Quando foi questionada sobre o tempo de serviço, a mesma informou ter cinco anos atuando como intérprete da língua de sinais nas escolas públicas, demonstrando assim que possui experiência no processo de interpretação e atuação com alunos nas escolas regulares. Essa experiência no trabalho leva a aprimoração de conhecimentos e aquisição de novos saberes que auxiliam na interpretação e interação com os alunos surdos.

Na segunda pergunta, foi questionado a intérprete sobre o período que foi contratada para atuar na unidade escolar pesquisada e a mesma respondeu que começou a trabalhar no dia 18 de abril de 2016. Observa-se nesta resposta da intérprete que a mesma chegou na unidade escolar no fim da I unidade, pois as aulas do ano letivo escolar Estadual começaram no dia 15 de fevereiro de 2016.

Segundo Quadros (2005, p.11) o tradutor-intérprete de língua de sinais é uma “pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita)”.

A terceira questão abordou sobre a quantidade de alunos existente na sala de aula e a intérprete informou que só existia um único aluno surdo na escola. É importante que os surdos possam conviver com outros surdos para que tenham a mesma percepção de mundo que eles, podendo interagir através de sua língua e vivenciar a sua cultura. Segundo Franco (1999), no caso dos surdos, a presença na escola com seus pares, a convivência com surdos adultos, uma metodologia própria e um currículo orientado para as suas necessidades específicas, são fatores que poderão promover a verdadeira inclusão desses indivíduos na sociedade mais ampla.

Na quarta questão foi inquerido sobre a quantidade de horas de atuação direta trabalhadas por semana e a intérprete informou trabalhar vinte horas semanais. Como são previstas vinte e cinco horas semanais de aula no Ensino Fundamental II, observa-se que o horário de trabalho da intérprete não é compatível com o horário de aula do surdo, deixando o aluno cinco horas/aula sem um profissional para auxiliá-lo.

No quinto questionamento buscou-se verificar como acontece a interação da intérprete com o aluno surdo e se este discente conhece a língua de sinais. A intérprete respondeu que considera regular a interação, pois o aluno compreende os sinais cotidianos da Libras, entretanto seu vocabulário é limitado no que tange os sinais educacionais.

Observa-se que o discente precisa aumentar seu vocabulário para poder expor suas dúvidas, trocar informações, interagir melhor com o professor e construir seu conhecimento. Neste sentido seria relevante este aluno frequentar o AEE (Atendimento Educacional Especializado), mas a escola não possui sala multifuncional e o AEE do Estado, disponível, é distante do centro da cidade, impossibilitando o acesso do aluno surdo a esse atendimento.

Em continuação a análise do questionário da intérprete, na sexta questão, foi interrogada a intérprete como ela percebia a interação entre os professores e o aluno surdo. Ela informou que tinham uma boa interação. Miranda (2008, p. 5) discorre sobre o procedimento do educador em busca de uma boa interação, “O professor deve prevalecer à visão mais humanística, transformando o ambiente mais afetivo, onde a relação professor-aluno seja a base para o desenvolvimento cognitivo e psíquico em sala de aula”.

A sétima pergunta do questionário buscou conhecer sobre a interação dos alunos surdos e os alunos ouvintes. Nesta questão, a intérprete sinaliza que existe pouca interação entre eles, diferente da resposta dos professores que afirmaram sobre essa mesma interação se dá de forma regular.

Dentro do que foi verificado com a pesquisa, os alunos ouvintes não conhecem a língua de sinais e o aluno surdo não faz leitura labial, então se não existe comunicação real entre eles, a interação fica prejudicada. De acordo com o SEESP/MEC (2006, p. 17) “A comunicação é, sem dúvida, o eixo da vida do indivíduo, em todas as suas manifestações como ser social”.

A oitava questão buscou-se verificar se o professor usa uma metodologia adequada para mediação da aprendizagem do aluno surdo. Nesta questão a intérprete assinalou que às vezes isso acontece, mas o MEC/SEESP (2006, p. 53) sinaliza para as escolas que “Para o desenvolvimento de todas essas atividades com crianças surdas faz-se necessário que haja adequações, flexibilizações e adaptações curriculares”.

A nona questão teve como objetivo verificar se a intérprete auxiliava os professores na elaboração das aulas ou atividades pedagógicas. De acordo com a entrevistada ela só auxilia às vezes e justificou que na unidade escolar há professores com vários perfis e diferentes abordagens. Algumas mostram-se mais dispostas a se adaptar que outros. Quando há oportunidade eu participo.

Observa-se que nem todos os docentes estão abertos ao processo de inclusão e tem resistência a presença da intérprete na sala de aula, mas segundo a resposta da mesma, ela auxilia quando tem oportunidade. Lacerda (2013) discorre sobre a importância da participação do intérprete para auxiliar o professor na adequação de recursos e planejamento que auxiliem a inclusão escolar do surdo.

A décima pergunta do questionário inquiriu sobre as dificuldades que o aluno apresenta em relação a aprendizagem. Nesta questão a intérprete respondeu que o aluno possui vocabulário limitado, o que prejudica a assimilação de alguns conteúdos. Além disso, tem dificuldade de inferir, abstrair e correlacionar informações.

Finalizando o questionário, foi interrogada a intérprete sobre como ela avalia o processo de inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino. Para essa resposta, a intérprete discorreu que a proposta educacional que visa a interação entre indivíduos surdos e ouvintes tem pontos positivos e negativos. No ponto positivo foi apontado que a inserção dos surdos, na escola regular, pode ser favorável ao empoderamento do povo surdo. Além disso, é um estímulo para que sejam criadas novas políticas públicas de inclusão.

Como ponto negativo a intérprete faz uma crítica ao atual “modelo” de inclusão em que o surdo depende totalmente da competência linguística do intérprete, o qual não detém conhecimento sobre todos os conteúdos, de modo que o conhecimento do aluno fica condicionado a tal limitação.

Esse modelo da escola pesquisada, destacado pela intérprete, não comporta a inclusão dos surdos, pois as aulas são preparadas visando muito mais os alunos ouvintes, não existe interação adequada entre professor e intérprete para planejamento das aulas e não tem adequação suficiente de métodos e técnicas que auxiliem o ensino aprendizagem do surdo.

A partir da análise dos dados, observou-se que as professoras não estão habilitadas para ensinar ao aluno surdo, pois desconhecem a língua de sinais e todos os outros aspectos que envolvem a surdez. Por conseguinte, não conhecem sobre os procedimentos pedagógicos mais adequados aos surdos e não utilizam frequentemente metodologias diferenciadas para contribuir com a mediação da aprendizagem desse aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise e discussão dos dados obtidos na pesquisa, observou-se uma deficiência no processo de inclusão dos alunos surdos, tendo relação com a capacitação de professores para atuar com esses alunos e a falta de um Atendimento Educacional

Especializado. Destarte torna-se emergente a necessidade de melhor capacitação dos educadores, alinhado à reestruturação do Projeto Político Pedagógico da escola e os materiais disponíveis, podendo assim, proporcionar um melhor processo de inclusão escolar aos alunos surdos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação:** de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BITTERCOURT, Evaldo de Souza. **Políticas Públicas para a Educação Básica no Brasil, Descentralização e Controle Social:** limites e perspectivas. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Atualizada em 09/07/2015.

BRASIL. Lei nº 8.069/90. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Senado Federal, Brasília, 2011.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Educação Infantil: Saberes e Práticas da Inclusão:** Dificuldade de Comunicação e Sinalização: Surdez. Elaboração: Prof^a Daisy Maria Collet de Araujo Lima. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. (et. al.) – Brasília: MEC, 2006.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002

FRANCO, Monique. Currículo e emancipação. In. SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos.** Porto Alegre: Mediação, 1999, p.213-224.

FREITAS, Neli Klix. Políticas Públicas e Inclusão: análise e perspectivas educacionais. **Jornal de Políticas Educacionais.** N.º 7. Jan-Jun, 2010. p.8193.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa/** [organizado por] e; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009;

GIL, Marta. **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** São Paulo: EDUSP, 2005.

LACERDA, C. B. F. **A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23. 2000, Caxambu. Anais. Caxambu: ANPED, 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/23/textos/1518.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2016.

LACERDA, C. B. F. de; ALBRES, N. de A.; DRAGO, S. L. dos S. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, jan./mar. 2013.

LOPES, Maura Corcini. **(Im)possibilidade de pensar a inclusão.** GT Educação Especial n. 15, Anped, 2008

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Porquê? Como fazer?.** São Paulo: Summus, 2015.

MIRANDA, Elis. **A Influência da relação professor-aluno para o processo de ensino-aprendizagem no contexto afetivo.** Artigo do 8º Encontro de Iniciação Científica – 8ª Mostra de Pós-Graduação – FIFIUV, 2008. Disponível em <<http://www.ieps.org.br/ARTIGOS-PEDAGOGIA.pdf>>. Acesso em 22 set. 2016.

NASCIMENTO, Rosangela Pereira do. **Preparando Professores para Promover a Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.** Programa de Desenvolvimento Educacional. UEL, Londrina, 2009;

QUADROS, R.M. Inclusão de Surdos. In: Ensaio Pedagógico: construindo escolas inclusivas: 1ed. Brasília, MEC, SEESP, 2005.

QUADROS, Ronice Muller. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

SILVA, R. R. **A educação do surdo: minha experiência de professora itinerante da Rede Municipal de Ensino de Campinas.** Campinas: UNICAMP, 2003. (Dissertação de Mestrado em Educação) Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000298994>>. Acessado em: 20 abr. 2016.